



INTERCÂMBIO

A fé dos jornalistas e as práticas religiosas no Brasil

The faith of journalists and religious practices in Brazil

Jacques Mick*

Kevin Willian Kossar Furtado**

Resumo: O artigo compara os dados disponíveis sobre as religiões dos jornalistas brasileiros com as características gerais da religiosidade da população a partir dos dados presentes no Perfil do jornalista brasileiro, de 2012, e no censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O objetivo é compreender se as particularidades da experiência religiosa entre os jornalistas podem ter efeitos na cobertura do tema, algo que é relevante diante das consequências sociopolíticas e econômicas das mudanças recentes na religiosidade no país. Os dados indicam três diferenças marcantes entre os jornalistas: a) presença mais significativa de não praticantes e ateus; b) participação significativamente menor de católicos e evangélicos; e c) maior expressividade de espíritas e praticantes de religiões de origem africana. O texto suscita a hipótese de que essas diferenças, junto a outros fatores, podem explicar fenômenos como a relativa desatenção da cobertura jornalística ao crescimento da população neopentecostal no país e as abordagens em geral positivas que o espiritismo recebia da mídia.

Palavras-chave: Jornalistas. Religiosidade. Perfil do jornalista brasileiro. Brasil. Neopentecostalismo.

Abstract: This article compares the available data on religions of Brazilian journalists with general characteristics of religiosity in the population, based on data presented in Brazilian journalist's profile of 2012 and the Brazilian national census of 2010. The objective is to understand if particularities of the religious experience among journalists can have effects on the coverage of this subject. The issue is relevant because of the sociopolitical and economic consequences of recent changes in religiosity in the country. The data indicate three striking differences among journalists: a) more significant presence of non-practitioners and atheists; b) significantly less participation of Catholics and Evangelicals; and c) greater expressiveness of Spiritists and practitioners of religions of African origin. The text raises the hypothesis that these differences, along with other factors, can explain phenomena such as the relative inattention of journalistic coverage to the growth of the neo-Pentecostal population in the country and the generally positive approaches that spiritism received from the media.

Keywords: Journalists. Religiosity. Brazilian journalist's profile. Brazil. Neo-Pentecostalism.

* Doutor em Sociologia Política (UFSC). Professor dos PPG em Jornalismo e Sociologia Política da UFSC. Coordenador do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO) da UFSC. Contato: jacques.mick@ufsc.br

** Doutorando em Teologia (PUC-PR). Professor substituto do Departamento de Jornalismo da UEPG. Contato: kevin@aol.com.br

Introdução

As transformações na religiosidade são um dos mais marcantes fenômenos da sociedade brasileira desde o final do século XX, com importantes consequências culturais, sociopolíticas e econômicas. A observação cotidiana do fenômeno e de seus efeitos é, contudo, pouco frequente no jornalismo do país. Este artigo alinha-se a estudos anteriores que correlacionam as características sociodemográficas dos jornalistas a vieses na cobertura (em termos de gênero, raça e classe, por exemplo) e desenvolve a hipótese de que uma notável diferença na distribuição dos jornalistas por religião, em comparação ao perfil religioso da sociedade brasileira, pode explicar os déficits de abordagem do tema pela mídia. Num país de catolicismo declinante e de ascensão das denominações neopentecostais, em que medida a experiência religiosa dos jornalistas pode enviesar sua atenção sobre o tema? Para procurar respostas, o artigo abraça dois procedimentos. O primeiro é uma comparação dos dados de perfil religioso entre os jornalistas e a sociedade. O segundo é a discussão dos dados à luz da bibliografia especializada, cruzando tanto abordagens sobre as mudanças religiosas no país quanto estudos a respeito das transformações sociodemográficas dos jornalistas.

Entre as metamorfoses mais recentes no panorama religioso da população brasileira, aferidas pelo censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estão a diminuição do número dos que se declaram católicos (de 89,2% para 64,6% de 1980 a 2010, queda de 24,6 pontos percentuais em relação ao universo religioso total) e o aumento dos evangélicos¹ (de 6,6% para 22,2% no mesmo período, acréscimo de 15 pontos percentuais). O número de pentecostais triplicou em duas décadas (1990 a 2010) (Lopes, 2013, p. 4)². Além disso, os sem religião quintuplicaram em 20 anos (de 1,6% em 1980 para 8% em 2010), somando 15,3 milhões de pessoas³. Mariano (2013, p. 123) ressalta que os sem religião estão menos expostos às autoridades e grupos religiosos, os quais têm, portanto, menos influência nos comportamentos, crenças, valores e vida de tais indivíduos.

O censo de 2010 mostra ainda a concentração dos que se dizem religiosos nas camadas menos escolarizadas e com baixa renda (Lopes, 2013, p. 4). Os católicos são hegemônicos em áreas consideradas menos dinâmicas – do prisma das transformações

1 “De 2000 a 2010, os evangélicos cresceram cinco vezes a mais do que a população brasileira: 61,4% contra 12,3%. Com isso, ampliaram seu rebanho em 16 milhões de adeptos, saltando de 26,2 para 42,3 milhões” (Mariano, 2013, p. 124).

2 “Essa tendência decrescente no número de católicos e ascendente no número de evangélicos [...] haverá de continuar nos anos vindouros, com altíssima probabilidade [...]. Alguns dados da pesquisa corroboram essa observação. A percentagem de católicos é mais elevada nas áreas rurais do que nas urbanas. Ora, o processo de urbanização é um fato irreversível. A percentagem de católicos é também maior nas faixas etárias mais elevadas em que a incidência de óbitos obviamente é maior. Finalmente, predominam entre os católicos as pessoas de sexo masculino, embora não acentuadamente, porém entre os evangélicos predominam nitidamente as mulheres. E há também entre os filhos uma propensão maior a seguir a religião da mãe do que a do pai, já que ela ‘assume’ o ensino religioso com maior frequência e intensidade” (Altmann, 2012, p. 1124).

3 Os sem religião na pesquisa do censo 2010 formam um “grupo heterogêneo composto por agnósticos, ateus e, sobretudo, por indivíduos que passaram a declarar não dispor de filiação religiosa, autoidentificação que, em sua maioria, não significa necessariamente descrença ou indiferentismo religioso” (Mariano, 2013, p. 120). Para Mafra (2013, 21), os “‘sem religião – sem religião’ não se sintonizam com a postura do ‘sem religião – ateu’ (aquele que não crê em Deus ou deuses) nem com a postura do ‘sem religião – agnóstico’ (aquele que assume a impossibilidade de se produzir conhecimento sobre os problemas metafísicos ou religiosos)”.

culturais, industriais e de deslocamento populacional –, e os pentecostais crescem mais nas grandes regiões metropolitanas, principalmente na periferia (Gracino Júnior, 2012, p. 1177). Outras religiões, como espiritismo, umbanda e candomblé, dobraram de tamanho em duas décadas, mas representam pequeno contingente da população: de 1980 a 2010, somadas, passaram de 2,5% para 5%. Mesmo com o aumento da diversidade de pertença religiosa, a religiosidade dos brasileiros continua predominantemente cristã (Mariano, 2013, p. 119-121).

O ponto de partida deste artigo reside em comparar a filiação religiosa dos jornalistas brasileiros com a do conjunto da população brasileira, conforme o censo de 2010 do IBGE. Para a categoria profissional, foi mobilizado o banco de dados da pesquisa *Perfil do jornalista brasileiro*, realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2012, com apoio da Federação Nacional dos Jornalistas⁴. O levantamento estimou a quantidade dos jornalistas em atuação e sua distribuição territorial no Brasil⁵ como parâmetros para a formulação de um plano amostral representativo do conjunto da categoria no país⁶. Em seguida, os pesquisadores colheram respostas em uma enquete pela internet (*web survey* ou *online survey*). A amostra aleatória final conteve 2.731 respostas, com distribuição regional similar à encontrada nos registros profissionais dos jornalistas brasileiros (Mick, 2013, p. 23). O questionário foi elaborado com base em estudos de perfil efetuados anteriormente no Brasil e em outros países e os dados sobre religiosidade utilizaram as categorias adotadas pelo IBGE no censo 2010⁷.

Diferentes análises, a partir dos dados gerais extraídos do *Perfil*, já foram executadas, mediante cruzamentos de informações sobre as características demográficas, políticas de trabalho e as especificidades dos segmentos da categoria considerados pela investigação, e têm revelado particularidades que envolvem os jornalistas. Tais artigos trataram das razões da baixa taxa de sindicalização dos jornalistas (Lima; Mick, 2013); de características demográficas, políticas e do trabalho de jornalistas professores de ensino superior (Pontes; Mick, 2013); das desigualdades de gênero na categoria, nas variáveis de renda, cargos ocupados e acesso a benefícios no emprego (Pontes, 2017). Nenhum estudo, no entanto, focou especificamente a religiosidade dos jornalistas.

4 Detalhes sobre todo o percurso metodológico da pesquisa encontram-se em Mick (2013).

5 Considerou-se a população dos jornalistas como a daqueles que, nascidos no Brasil, se autodeclararam jornalistas e são capazes de sustentar a autodeclaração através de algum vínculo social legitimador de acesso à profissão, como ter concluído um curso superior ou já ter trabalhado ou trabalhar em função jornalística, seja midiática ou não (Mick, 2013, p. 3). “Também sob esta premissa, todo profissional com registro ou com formação específica (mas sem registro) pode legitimamente se autodeclarar jornalista, mesmo que nunca tenha trabalhado na área. Estudantes de jornalismo não são considerados ‘profissionais’ a menos que atuem (ou tenham atuado) como jornalistas” (Mick, 2013, p. 4).

6 No fim de 2011, o Brasil possuía, estima-se, 145 mil jornalistas com registro profissional (Mick, 2013, p. 4). “Essa população exigiu [para a pesquisa do *Perfil*] uma amostra de 2.731 jornalistas, o que representava 2% de margem de erro e 95% de taxa de confiança. Conforme estratificação da população, o plano amostral foi dividido, com 36,72% para o estado de São Paulo, 23,53% para o sudeste sem São Paulo, 15,71% para o Sul, 12,04% para o Nordeste e 12% para Norte/Centro-Oeste” (Pontes, 2017, p. 4).

7 As perguntas foram reunidas em blocos temáticos com vistas a obter informações sobre as características demográficas, as características políticas, as características gerais do trabalho e as características específicas do trabalho dos jornalistas em cada um dos três segmentos principais dos jornalistas brasileiros: os trabalhadores em mídia, os trabalhadores de fora da mídia e os docentes (Mick, 2013, p. 13).

O artigo se estrutura em duas seções. Na primeira parte, são apresentados e comparados os dados do censo de 2010 com a pesquisa de perfil dos jornalistas de 2012. Na seção seguinte, discute-se as possíveis implicações editoriais das diferenças sociodemográficas entre a categoria e a sociedade.

A religiosidade entre os jornalistas e na sociedade

Ao indagar aos jornalistas, por meio da questão “Você é praticante de uma religião?”, à pesquisa de perfil da categoria interessava saber da adesão destes profissionais a um grupo religioso, sem denotar frequência a cultos, eventos, reuniões ou rituais. Não interessava a crença ou descrença dos jornalistas em uma divindade. Não se objetivava aferir a relação com um ente transcendente, senão com as religiões. Os dados apontam que dos 2.731 respondentes, 51,4% disseram ser praticantes de alguma religião, enquanto 40,1% expressaram não praticar nenhuma religião. O percentual de ateus/ateias corresponde a 8,5% das respostas⁸. Nos dados do censo demográfico de 2010 do IBGE, 91,8% são adeptos de uma religião, ao passo que 8,0% expressam ser sem religião. O volume de jornalistas com religião é, assim, quase metade da taxa nacional, e o número de profissionais sem religião é seis vezes maior do que média da população.

Aos 51,4% de respondentes que se declararam praticantes de alguma religião – sendo 35,11% de mulheres e 16,25% de homens –, se perguntou em qual grupo se exercia a religiosidade. Era possível assinalar mais de uma resposta, de uma lista de religiões que seguiu a classificação usada pelo censo 2010 do IBGE. Foram obtidas 1.645 respostas que, num primeiro momento, designam 30 diferentes denominações religiosas (29 mais uma, da categoria “Outra religiosidade”)⁹. Um respondente que indicou ser praticante de uma religião não explicitou o grupo. As 1.645 respostas surgiram de 1.402 respondentes. Na Tabela 1, indicamos os dados como se expressam no levantamento, sem alterações, antes de fazermos adequações que agrupam as respostas e favoreçam a comparação com os dados do censo.

Para os respondentes que diziam ter “Outra religiosidade”, pediu-se a indicação de qual religião/igreja seria. Das 69 respostas (42 do sexo feminino e 27 do sexo masculino), encontramos cinco para o espiritismo (uma na resposta “procuro seguir a doutrina espírita”, três responderam “kardecista” e uma “espírita kardecista”) e o Santo Daime (dentre elas, uma resposta de “daimista” e outra de “ayahuasca”); quatro para a Igreja Adventista do Sétimo Dia e para o Seicho-no-Ie; três para o agnosticismo; duas para a Igreja Evangélica Bola de Neve, para a União do Vegetal e para respondentes do sexo feminino que se dizem “evangélicas” de modo genérico.

8 Dividindo-se os dados por sexo, das 1.741 respostas do sexo feminino (63,75% dos respondentes da pesquisa), 55,08% disseram ser praticantes de alguma religião, ao passo que 38,94% expressaram não praticar nenhuma religião. A quantidade de declarantes ateias corresponde a 5,97% das respostas do sexo feminino. Entre os homens, 44,85% indicaram ser praticantes de alguma religião e 42,12% disseram não praticar nenhuma. O percentual de ateus entre o sexo masculino ficou em 13,03%.

9 Em alguns casos, “Outra religiosidade” designava uma religião ou denominação cristã específica já presente no rol de classificações fornecidas pelo questionário. Adiante, fazemos as adequações para que as respostas que indicam a mesma religiosidade não apareçam duplicadas.

Tabela 1 – Jornalistas brasileiros com religião por grupos de religiosidade

Grupos de religião	Percentual	Sexo
Católica apostólica romana	48,3%	453 (F) e 224 (M): 677
Espírita	22,6%	237 (F) e 80 (M): 317
Católica apostólica brasileira	7,5%	75 (F) e 30 (M): 105
Espiritualista	6,1%	55 (F) e 30 (M): 85
Batista	4,9%	48 (F) e 21 (M): 69
Umbanda	4,8%	42 (F) e 25 (M): 67
Budismo	2,7%	26 (F) e 12 (M): 38
Presbiteriana	2,6%	20 (F) e 16 (M): 36
Assembleia de Deus	1,9%	21 (F) e 6 (M): 27
Candomblé	1,7%	12 (F) e 12 (M): 24
Adventista	1,2%	6 (F) e 11 (M): 17
Luterana	1,1%	10 (F) e 5 (M): 15
Judaica	1%	7 (F) e 7 (M): 14
Quadrangular	1%	10 (F) e 4 (M): 14
Universal do Reino de Deus	0,9%	11 (F) e 1 (M): 12
Igreja Messiânica Mundial do Brasil	0,6%	7 (F) e 2 (M): 9
Congregação Cristã no Brasil	0,6%	8 (F): 8
Igreja Cristã Maranata	0,4%	4 (F) e 2 (M): 6
Igreja Evangélica Congregacional do Brasil	0,4%	6 (F): 6
Metodista	0,4%	5 (F) e 1 (M): 6
Testemunhas de Jeová	0,4%	3 (F) e 2 (M): 5
Ortodoxos	0,3%	2 (F) e 2 (M): 4
Hinduísmo	0,2%	3 (M): 3
Igreja Brasil para Cristo	0,2%	2 (F) e 1 (M): 3
Santos dos Últimos Dias	0,2%	3 (F): 3
Igreja Cristã de Nova Vida	0,1%	2 (F): 2
Islamismo	0,1%	2 (F): 2
Casa da Bênção	0,1%	1 (F): 1
Deus é Amor	0,1%	1 (F): 1
Outra religiosidade	4,9%	42 (F) e 27 (M): 69

Fontes: Mick e Lima (2013); elaboração dos autores baseada no banco de dados da pesquisa *Perfil do jornalista brasileiro*.

Com uma resposta, no caso cristão, apareceram, em indicações concretas de igrejas, a Igreja Evangélica Neopentecostal; a Igreja Universal do Reino de Deus; a Comunidade Evangelismo e Oração; o Ministério Lágrimas de Cristo; uma Comunidade Evangélica; a Igreja Evangélica Ministério Apascentar; a Evangélica-Comunidade Cristã; a Igreja Evangélica Comunidade da Graça; a Igreja do Senhor; a Congregação Cristã no Brasil; a Igreja Evangélica Verbo da Vida; a Igreja Evangélica Luz para os Povos; a Igreja Evangélica Missão Praia da Costa; a Igreja Evangélica Pentecostal; a Igreja Primitiva; a Igreja Videira; a Igreja Episcopal Carismática; a Igreja Internacional da Palavra; o Ministério Apascentar de Nova Iguaçu; a Igreja Internacional da Graça de Deus; a Igreja Presbiteriana do Brasil; a Igreja Ecumênica; a Igreja Protestante do Intelecto Divino; e a Igreja católica, através da indicação de uma “não praticante”. Com uma resposta, no caso cristão, apareceram, em indicações não específicas de uma denominação, uma resposta para um “protestantismo tradicional”; uma “cristã”; uma que diz crer em Deus e estudar a Bíblia em reuniões semanais¹⁰; um cristão “[protestante sem denominação]”; uma cristã “sem ligação direta com nenhuma igreja”; um “cristão protestante”; um que frequenta a “Igreja local em cada cidade”; e um que frequenta uma “Igreja evangélica”. Para outras religiosidades, como uma resposta, encontramos um adepto da Igreja Messiânica Mundial do Brasil; um “perfil religioso particular”; o taoísmo; o paganismo; uma crença expressa no “Arquiteto”; a Wicca; o xamanismo; o neopaganismo; e a fé Bahá’í.

Segundo os dados do censo do IBGE de 2010 organizados em grandes grupos religiosos¹¹, 64,6% dos habitantes se declaram católicos apostólicos romanos, 22,2% evangélicos – dos quais 4% são evangélicos de missão, 13,3% evangélicos pentecostais e neopentecostais e 4,8% evangélicos não determinados –, 2% espíritas¹², 0,3% umbandistas e candomblecistas, 2,7% de outras religiosidades, e 8% se declaram sem religião. Ao distribuímos os dados do *Perfil do jornalista brasileiro* nessa mesma classificação, observamos diferenças significativas entre a religiosidade dos jornalistas em relação ao restante da população (Tabela 2). Para tanto, foram também reagrupadas as respostas das outras religiosidades citadas no *Perfil* com aquelas já indicadas no rol de classificações fornecidas pelo questionário, o que torna o quadro ainda mais preciso.

Poucas são as alterações nos dados: 48,4% são católicos apostólicos romanos (454 do sexo feminino e 224 do sexo masculino); 23% são espíritas (241 do sexo feminino e 81 do sexo masculino); 2,7% são presbiterianos (21 do sexo feminino e 16 do sexo masculino); 1,5% são adventistas (7 do sexo feminino e 14 do sexo masculino); 0,9%

10 Considera-se, pela indicação do livro sagrado do cristianismo, que seja a resposta de uma cristã.

11 “Ao contrário do que ocorre em alguns países, como Portugal, onde se apresenta ao entrevistado um conjunto fechado de opções previamente estabelecidas, no Brasil, a questão sobre a religião é de livre resposta e aferida por meio da seguinte pergunta: “Qual é a sua religião ou culto?”. A resposta é registrada pelo recenseador no computador portátil, não havendo, no questionário ou mesmo no *Manual do recenseador* [...] qualquer restrição ao número de religiões a ser declarado.” (Gracino Júnior, 2012, p. 1155-1156). Gracino Júnior (2012, p. 1156) explica também que, depois da coleta dos dados, “a infinidade de respostas é ordenada e agrupada em categorias. É interessante notar que, nos últimos censos, o IBGE tem procurado, com ajuda de cientistas sociais [...], ampliar o leque de categorias classificatórias quanto às religiões, chegando a discriminar, nos censos de 1991, 2000, 2010, as denominações pentecostais mais importantes do ponto de vista demográfico”.

12 Como observa Mariano (2013, p. 121), vale ressaltar que “os espíritas [...] também se veem como cristãos”.

Tabela 2 – Jornalistas brasileiros e população residente por grupos de religião

Grupos de religião	População residente	Jornalistas brasileiros
Católica apostólica romana	64,6%	24,82%
Evangélicas	22,2%	9,58%
De missão	4%	5,63%
Pentecostal	13,3%	2,78%
Não determinada	4,8%	1,17%
Espíritas	2%	11,79%
Umbanda e candomblé	0,3%	3,33%
Outras religiosidades	2,7%	10,54%
Sem religião	8%	48,62%

Fontes: IBGE (2012); Mick e Lima (2013); elaboração dos autores baseada no banco de dados da pesquisa *Perfil do jornalista brasileiro*.

são da Igreja Universal do Reino de Deus (12 do sexo feminino e 1 do sexo masculino); 0,7% da Igreja Messiânica Mundial do Brasil (8 do sexo feminino e 2 do sexo masculino); e 0,6% são da Congregação Cristã no Brasil (9 do sexo feminino).

No país, 24,82% dos jornalistas e 64,6% dos habitantes se declaram católicos apostólicos romanos; 9,58% dos jornalistas (divididos em 5,63% como evangélicos de missão, 2,78% como evangélicos pentecostais e neopentecostais, e 1,17% como evangélicos não determinados) e 22,2% dos habitantes se declaram evangélicos (divididos em 4% como evangélicos de missão, 13,3% como evangélicos pentecostais e neopentecostais, e 4,8% como evangélicos não determinados); 11,79% dos jornalistas e 2% dos habitantes se declaram espíritas; 3,33% dos jornalistas e 0,3% dos habitantes se declaram umbandistas e candomblecistas; 10,54% dos jornalistas e 2,7% dos habitantes adotam outras religiosidades; 48,62% dos jornalistas e 8% dos habitantes se declaram sem religião. O significativo número de jornalistas espíritas pode ser explicado pelo grau elevado de escolaridade, situação que acontece em outras profissões e no geral da população.

Cristãos católicos e evangélicos são as expressões de religiosidade mais adotadas pelos brasileiros, mas não têm a mesma representatividade entre os jornalistas brasileiros. Na comparação proposta pelo presente texto, a adesão a essas duas ramificações do cristianismo, em percentuais, entre os habitantes, chega ao dobro do que a mesma adesão entre os jornalistas. Em contrapartida, os jornalistas espíritas representam, em percentuais, quase seis vezes mais do que os habitantes brasileiros; umbandistas e candomblecistas, somados em conjunto, mais de 11 vezes; e os jornalistas que praticam outras formas de religiosidade quase quatro vezes mais, em percentuais, do que o conjunto dos habitantes brasileiros. Os que se declaram sem religião, entre os jornalistas brasileiros, representam, em termos percentuais, cinco vezes mais do que a população que se diz na mesma situação.

Na análise a partir dos percentuais dos grandes grupos de religião, os sem religião, com 48,62%, são os mais expressivos entre os jornalistas brasileiros (entre os habitantes,

no mesmo critério, eles são o terceiro grupo, com 8%). Os católicos apostólicos romanos são o segundo grupo mais expressivo entre os jornalistas brasileiros, com 24,82% (entre os habitantes são o grupo mais expressivo, com 64,6%). Os espíritas são o terceiro grupo mais expressivo entre os jornalistas brasileiros, com 11,79% (entre os habitantes são o sétimo grupo, com 2%). Os que adotam outras religiosidades são o quarto grupo mais expressivo entre os jornalistas brasileiros, com 10,54% (ao passo em que são o sexto grupo entre os brasileiros, com 2,7%). Os “evangélicos de missão” são o quinto grupo entre os jornalistas brasileiros, com 5,63% (entre os habitantes são também o quinto grupo, com 4%). Os adeptos da umbanda e do candomblé são o sexto grupo entre os jornalistas brasileiros, com 3,33% (e o grupo menos expressivo na classificação dos grandes grupos de religião entre os brasileiros, com 0,3%). Os “evangélicos pentecostais” são o sétimo grupo entre os jornalistas brasileiros, com 2,78% (já, entre os habitantes, formam o segundo grupo mais expressivo, com 13,3%). E, por fim, os “evangélicos não determinados” são o grupo menos expressivo na classificação dos grandes grupos de religião entre os jornalistas brasileiros, com 1,17% (ao passo que, entre os habitantes brasileiros, formam o quarto grupo mais expressivo, com 4,8%).

Possíveis implicações das diferenças de religiosidade entre jornalistas e a sociedade

Como vimos, são três as transformações mais recentes no panorama religioso no Brasil: declínio do número de católicos, crescimento dos evangélicos – em sua diversidade – e aumento dos sem religião, com todas as imprecisões que a classificação implica. Os especialistas têm apontado uma série de consequências sociopolíticas, culturais e econômicas dessas mudanças, destacando-se a força eleitoral do neopentecostalismo (Lacerda, 2017) e a natureza de sua teologia; os conflitos inter-religiosos, afetando sobretudo as denominações de origem africana.

A politização dos pentecostais não constitui uma especificidade brasileira. Não obstante, nas últimas décadas, o Brasil tem se destacado na América Latina pela ação direta de religiosos e integrantes de comunidades pentecostais no cenário político, que mostraram grande capacidade de mobilização popular e conseguiram eleger representantes para câmaras, assembleias legislativas e Congresso Nacional (Machado; Burity, 2014, p. 601). Durante grande parte do século XX predominava, entre os pentecostais, um afastamento da cultura e da política partidária. Nas últimas quatro décadas, uma revisão de posicionamento gerou mudanças acentuadas, como a flexibilização dos usos e costumes; a adoção da teologia da prosperidade; a capacidade de seleção e incorporação de elementos da agenda política e dos movimentos sociais; e os investimentos crescentes em meios de comunicação. Na esfera política, os atores religiosos aproximam-se dos partidos políticos; amplia-se a presença de líderes religiosos nos legislativos; aumento o interesse por concessões de canais de rádio e TV, bem como as parcerias com agências governamentais que promovem ações sociais (Machado; Burity, 2014, p. 603-604).

A colaboração das igrejas neopentecostais, surgidas na década de 1970, para a mutação no panorama evangélico brasileiro está na atração de fiéis por meio da ênfase

nos exorcismos, na capacidade de cura e resolução dos problemas econômicos de seus frequentadores, tanto nos programas televisivos, como nos templos. A teologia da prosperidade deslocou as expectativas milenaristas dos fiéis de salvação eterna para uma vida de abundância no presente e colaborou para a introdução dos pentecostais na política partidária (Machado; Burity, 2014, p. 604). Produziu também impactos econômicos, pois “tem sido um fator de incentivo para que os fiéis ajam com determinação na sua vida financeira, a fim de gerar estabilidade econômica para enfrentar as intempéries, além de adquirir e consumir bens materiais” (Almeida, 2018, p. 41).

O pentecostalismo se tornou uma religião pública nas últimas décadas, resultado da “adoção de um *modelo corporativo de representação política*, com o lançamento de candidaturas oficiais [que] ampliou a força política do grupo e [fez] com que [as] igrejas criassem espaços de debate, socialização e organização das iniciativas no campo da política eleitoral” (Machado; Burity, 2014, p. 606). Nas décadas de 1980 e 1990, as lideranças partidárias se interessaram pelos pentecostais e estimularam filiações e candidaturas de atores religiosos, no intuito de ampliar votos nas urnas, o que favoreceu a entrada dos pentecostais na política institucional e a direção das máquinas partidárias.

Ainda que os temas motivem a atenção permanente de pesquisadores, os discursos científicos não esgotam os modos de compreender as mudanças religiosas. Como forma social de conhecimento, o jornalismo dissemina narrativas relevantes para que os agentes sociais possam identificar as contingências que cercam o contexto em que vivem e planejar suas ações, estratégicas ou não. Assim, a cobertura de temas relacionados à mudança religiosa seria relevante tanto para praticantes, como para não praticantes. A despeito disso, a cobertura jornalística do tema não é sistemática¹³. Mesmo com fenômenos claramente identificáveis – como o crescimento sistemático das chamadas “bancadas da Bíblia” no legislativo federal e nos Estados – a mídia revela-se frequentemente surpreendida com sua escala e capilaridade.

Dos três fenômenos, o último tem ainda mais inflexão na categoria profissional: 40,1% (1.095 jornalistas) se encontram nessa condição. Nesse quesito, as mulheres também superam os homens em quantidade – mas não em percentuais na comparação entre os dois grupos. Enquanto 38,94% das mulheres expressaram não praticar nenhuma religião, entre os homens o dado ficou em 42,12%. Os 40,1% que não se identificam com religião e tampouco como ateus podem ser, ao menos em parte, sujeitos que creem em algum ser transcendente. Mesmo assim, os jornalistas brasileiros são, em sua maioria percentual, religiosos, e as mulheres são mais religiosas do que os homens, outro ponto comum com o conjunto da população.

Mafra (2013, p. 14) assinala que “os jornalistas e a opinião pública falam em censo da religião no Brasil; entretanto, isto é uma hipérbole. A única pergunta que o IBGE apresenta ao respondente da amostra do censo é: ‘Qual a sua religião ou culto?’. Os pesquisadores do Instituto de Estudos da Religião (ISER) já vêm criticando essa falta de densidade na construção do número”. Mafra aponta também para a “falta de

13 O diário Folha de S. Paulo, *quality paper* de maior alcance do país, mencionou o verbete “neopentecostalismo” apenas 61 vezes entre 1995 e 2018 – 25 das quais depois de 2010, ou seja, menos de três vezes ao ano, em média.

consistência na composição do número, os especialistas são obrigados a buscar fontes subsidiárias e assimétricas para completar a informação indicada pelo número do censo”.

Assim como no caso do *Perfil*, considera-se que o estudo do IBGE, em específico nos dados sobre religião, pretende ser um “retrato panorâmico” (Mafra, 2013, p. 13), que apresenta um todo ao mesmo tempo em que ofusca detalhes que não conseguem ser captados por uma lente (Gracino Júnior, 2012, p. 1159). Teixeira (2013, p. 77) pensa que os dados sobre religião no censo representam uma “imagem do Brasil” de dez em dez anos, da qual escapam os “movimentos finos” sobre a presença e circulação das religiões brasileiras. Por isso, expressa, vários analistas insistem na necessidade de se explorar os dados de forma mais qualificada, baseando-se em pesquisas qualitativas que agreguem outras variáveis na análise do fenômeno religioso no Brasil.

Para Gracino Júnior, mesmo com os avanços na coleta de dados (como a ampliação do conjunto de categorias classificatórias das religiões), alguns estudiosos têm feito críticas à metodologia adotada pelo IBGE para o censo das religiões dos brasileiros, que são extensíveis à pesquisa de perfil dos jornalistas. Gracino Júnior sinaliza “um infrutífero diálogo com os especialistas nos estudos da religião, um excesso de burocratização e, principalmente, uma incapacidade de criar categorias que possam captar com exatidão a fluidez das pertenças religiosas da atualidade” (2012, p. 1156, grifo suprimido).

Uma das críticas que Gracino Júnior (2012, p. 1156) considera das “mais justificáveis” se dá sobre a categoria dos sem religião. Sob essa designação, assinalam pesquisadores, incluem-se tanto os irreligiosos – ateus e agnósticos –, como uma série de outros indivíduos, de descrentes até os que acreditam em uma divindade, mas não se identificam com um grupo religioso institucionalizado¹⁴. Outra categoria controversa, indica Gracino Júnior (2012, p. 1156-1157), a evangélica não determinada, obscurece “a análise e a distinção entre evangélicos de missão e pentecostais, bem com o significado da diminuição do ritmo de crescimento do grupo pentecostal diante da população brasileira e retraimento relativo, tanto de evangélicos de missão quanto de pentecostais”.

Mediante tais apontamentos críticos, Mariano (2013, p. 121) reivindica ao IBGE a inclusão de novas questões ao censo, “entre as quais a que solicita resposta a partir de uma lista ou grade fechada de alternativas religiosas contendo opções também de dupla pertença”, outra “sobre a frequência regular a cultos religiosos” e “uma questão aberta sobre a filiação institucional ([religião]/igreja)”, já que não se consegue identificar “se

14 Não obstante, Gracino Júnior (2012, p. 1156) ressalta que, em 2010, “o IBGE supriu parcialmente essa lacuna, subdividindo o grupo dos ‘sem religião’, nas categorias agnósticos e ateus e sem religião – sem religião, ou seja, sem pertença religiosa.” Mesmo assim, para Rodrigues (2012, p. 1138), a categoria dos sem religião “não traduz com precisão sua composição ou representatividade, uma vez que essa distribuição depende das informações que o entrevistado acrescenta espontaneamente, especificando, por exemplo, se é sem religião ateu ou, se evangélico, a qual denominação está afiliado, orientando sua classificação. [...] os censos brasileiros continuam designando uma única pergunta para captar a diversidade do campo religioso: ‘Qual é a sua religião?’, o que limita a identificação da condição de religiosidade do recenseado e pode incluir situações de múltiplos vínculos, práticas ou crenças simultâneas. Se, no caso dos sem religião, o entrevistado não se identifica complementarmente como ateu ou agnóstico, ele é agregado ao grupo maior, a categoria genérica dos sem religião, onde são agrupados aqueles que respondem simplesmente ‘sem religião’. No Censo 2010 os ‘sem religião sem religião’ – categoria genérica – representaram 7,65% do grupo, ao lado de 0,32% de ateus e 0,07% de agnósticos, que se declararam como tais; mas isso não assegura que a representatividade numérica de cada tipo seja exatamente essa. A mesma dúvida quanto à confiabilidade que se pode depositar na distribuição pode ser levantada em relação a outros grupos, provocando oscilações e mesmo críticas de líderes diversos.”

a adoção da lista fechada poderá conter o nome de várias igrejas evangélicas ou se será capaz de resolver o problema da indeterminação da filiação denominacional”, visto o elevado montante de respondentes que se declaram de forma genérica como cristãos, evangélicos, protestantes, pentecostais e neopentecostais. Mariano sugere que, para tanto, se pergunte aos que possuem ligação com um grupo religioso institucionalmente constituído “qual a sua igreja” ou “qual igreja frequenta”.

Mafra (2013, p. 17-18) também avalia que a apresentação de uma questão sobre a adesão dos respondentes feita em um leque fechado de alternativas, incluindo uma de duplo pertencimento, colaboraria com a qualidade do levantamento censitário. “Dessa forma, dúvidas sobre a consistência da resposta de ‘múltiplos pertencimentos’, de ‘evangélica não determinada’, de ‘sem religião’ diminuiriam substancialmente ou, com mais subsídios, ficariam ‘sob controle’.” Além disso, ela sugere que se inclua uma questão sobre a frequência da participação dos adeptos nos cultos, eventos, reuniões ou rituais do(s) grupo(s). “Com isso teríamos alguma indicação da prática religiosa, indo além da autodeclaração da religião de pertencimento.”

Considerações finais

A não existência de uma pesquisa anterior ao *Perfil* que trate da religiosidade dos jornalistas brasileiros impede que comparações sejam feitas sobre as mudanças na prática religiosa desses profissionais ocorridas ao longo das últimas décadas do mesmo modo que as alterações apontadas nos censos. Uma agenda para a continuidade das investigações sobre a religiosidade dos jornalistas se beneficiaria de nova pesquisa de perfil, que forneça dados sobre eventuais mudanças nas filiações religiosas da categoria desde 2012. A exemplo de pesquisa coordenada por Rodrigues (2012), o *Perfil* poderia dividir os sem religião em dois grupos: um dos ateus ou agnósticos, os “totalmente descrentes ou duvidosos da crença no transcendente”, classificados como “indivíduos sem religião ‘sem religiosidade’”; e um dos que possuem fé “em Deus ou algum outro tipo de força transcendente”, classificados como “sem religião ‘com religiosidade’” (Rodrigues, 2012, p. 1136). Uma das propostas de Mafra (2013, p. 18) para a pesquisa da religiosidade dos brasileiros no censo poderia ser usada no *Perfil*: “incluir uma questão sobre frequência da participação em reuniões, eventos ou rituais da religião ou culto. Com isso teríamos alguma indicação da prática religiosa, indo além da autodeclaração da religião de pertencimento” (Mafra, 2013, p. 18).

Estudos sobre a evolução das práticas religiosas dos jornalistas ao longo do tempo serão particularmente relevantes se o IBGE realizar novo censo em 2020, atualizando as tendências relativas às mudanças no panorama da religiosidade. Mas, mesmo na indisponibilidade de dados diacrônicos, comparações e cruzamentos adicionais entre as bases de dados do censo de 2010 e da pesquisa *Perfil do jornalista brasileiro 2012* ainda podem ser relevantes para responder a uma série de perguntas derivadas deste artigo: os jornalistas com menor escolaridade ou menor renda são mais religiosos? A distribuição da religiosidade dos jornalistas se altera em função dos territórios onde vivem? Como a prática religiosa influencia o trabalho dos jornalistas?

O texto suscita a hipótese de que as diferenças na religiosidade dos jornalistas, em comparação com a da população, podem ajudar a explicar fenômenos como a relativa desatenção da cobertura jornalística ao crescimento da população neopentecostal no país e as abordagens em geral positivas que o espiritismo recebia da mídia até a eclosão recente de denúncias de violência sexual cometida por médiuns. As particularidades enfatizadas neste artigo parecem indicar que os jornalistas, distantes de práticas religiosas que compõem o panorama cultural de milhões de brasileiros, têm dificuldade de compreendê-las e de reconhecer, nelas, a relevância presente em seus potenciais impactos sociais, políticos e econômicos – e, portanto, sua noticiabilidade.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo de. Deus acima de todos. In: TEPERMAN, Ricardo (Ed.). *Democracia em risco?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018. pp. 35-51.

ALTMANN, Walter. Censo IBGE 2010 e religião. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 10, n. 28, pp. 1122-1129, out./dez. 2012.

BERGAMO, Alexandre; MICK, Jacques (Coord.); LIMA, Samuel. *Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho (2012). Síntese dos principais resultados.* Florianópolis: TMT/UFSC, 2012.

GRACINO JÚNIOR, Paulo. “A visão aérea e a do nadador”: reflexões sobre católicos e pentecostais no censo de 2010. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 10, n. 28, pp. 1154-1183, out./dez. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.* Rio de Janeiro, 2012.

LACERDA, Fábio. *Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil contemporâneo.* 2017, 144 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LIMA, Samuel Pantoja; MICK, Jacques. *Sindicalização e identidade política dos jornalistas brasileiros.* *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 10, n. 1, pp. 4-24, jan./jun. 2013.

LOPES, José Rogério. *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro.* *Cadernos IHU ideias*, São Leopoldo, ano 11, n. 182, 2013.

MACHADO, Maria dos Dolores Campos; BURITY, Joanildo. *A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos.* *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, pp. 601-631, jul./set. 2014.

MAFRA, Clara. *Números e narrativas.* *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 14, n. 24, pp. 13-25, jul./dez. 2013.

MARIANO, Ricardo. *Mudanças no campo religioso brasileiro no censo 2010.*

Debates do NER, Porto Alegre, ano 14, n. 24, pp. 119-137, jul./dez. 2013.

MICK, Jacques. Detalhamento metodológico da pesquisa “Perfil profissional do jornalismo brasileiro”. Florianópolis: TMT/UFSC, 2013.

MICK, Jacques (Coord.); LIMA, Samuel. Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

PONTES, Felipe Simão. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. E-compós, Brasília, v. 20, n.1, pp. 1-15, jan./abr. 2017.

PONTES, Felipe Simão; MICK, Jacques. Jornalistas que formam jornalistas: um estudo sobre a docência a partir do ‘Perfil do jornalista brasileiro’. Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, Brasília, v. 3, n. 12, pp. 57-78, jan./jun. 2013.

RODRIGUES, Denise dos Santos. Os sem religião no senso brasileiro: sinal de crise do pertencimento institucional. Horizonte, Belo Horizonte, v. 10, n. 28, pp. 1130-1153, out./dez. 2012.

TEIXEIRA, Faustino. Os dados sobre religiões no Brasil em debate. Debates do NER, Porto Alegre, ano 14, n. 24, pp. 77-84, jul./dez. 2013.

Recebido: 5 de maio de 2019.

Aprovado: 11 de dezembro de 2019.